

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCSo)

MARINA FERNANDES

**Políticas públicas e estratégias camponesas: entre a produção e a
reprodução social.**

SÃO CARLOS – SP
2023

MARINA FERNANDES

**Políticas públicas e estratégias camponesas: entre a produção e a
reprodução social.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para obtenção
de título de bacharel em Ciências Sociais pela
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de
Carvalho

SÃO CARLOS – SP

2023

Autorizo a divulgação ou reprodução total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho – UFSCar Orientador

Dra. Flávia Sanches de Carvalho – UFSCar
Examinadora

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao professor Joelson, acredito que não saiba, mas ele foi o primeiro professor que ouvi no início da minha graduação. Desse contato até realmente passar a ser orientanda, ocorreram momentos em que questionei os meus caminhos dentro da universidade e que só obtive respostas quando comecei a trabalhar e lutar ao lado daquele professor de cabelo comprido que alterna o tom de voz pedagogicamente em palestras. Agradeço também aos meus companheiros de NuPER, por me ensinarem tanto sobre responsabilidade, trabalho e comprometimento com o desejo de que “justiça social se implante antes da caridade”. Em especial a Babi e a Dani, agradeço e admiro grandemente.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que financiou minha iniciação científica da qual essa monografia é fruto, uma grande experiência profissional que carregarei para sempre. Aproveito também para agradecer aos assentados do Mário Lago em Ribeirão Preto, pelas entrevistas fornecidas e os conhecimentos aprendidos que me modificaram enquanto pessoa.

Agradeço aos amigos que construí dentro da universidade e extrapolaram os limites dela: Luiza, Nivea, João Victor, Larissa e José Paulino. Eu jamais teria conseguido sem eles, cada um preencheu meu coração de uma maneira e com eles fui a versão mais bonita da Marina até hoje. Agradeço também a minha família são-carlense: Ligia, Marina, Beatriz Mella, Beatriz Matilde, Isabela, Fernanda, Alana, Maria Vitória e Sofia. Vocês me deram a oportunidade de ser a Gina, nunca amadureci tanto, não há um dia se quer que não lembro de vocês e do nosso convívio.

Por fim, e talvez o mais difícil de escrever, agradeço a Livane, Rinaldo, Leonice, Donizete, Marcus Vinicius e Marco Aurélio. Minha família foi a estrutura elementar para toda essa viagem até aqui. Tudo o que fiz foi para eles. Todas as vezes que tentei me distanciar, mais próxima eu estava. Obrigada pelo amparo mesmo sem entender.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar a atualidade da política pública voltada para agricultura familiar e as condições do campesinato a partir de um estudo de caso localizado no município de Ribeirão Preto, denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra. Interessa-nos saber quais os impactos nas estratégias de produção agrícola e reprodução social camponesa frente às alterações no Programa de Aquisição de Alimentos neste assentamento e, a partir dessas mudanças, entender como elas alteram (ou não) a própria condição camponesa dos assentados do PDS da Barra, condição essa caracterizada, em última instância, pela compreensão da terra como espaço gerador da vida e dignificado pelo trabalho dos assentados. Neste sentido, o que se aborda, neste trabalho, é um dos elementos centrais para o desenvolvimento rural contemporâneo: a questão agrária presente no diálogo dos assentamentos com o Estado

Palavras-chave: Questão Agrária; Políticas Públicas; Programa de Aquisição de Alimentos; Campesinato

ABSTRACT

This research project focuses on analyzing the present of public policy aimed at family agriculture and the conditions of the peasantry stemming from a case study located at the municipality of Ribeirão Preto, called Sustainable Development Project (PDS) of Barra. We are interested to know the impacts on the strategies of agricultural production and peasant social reproduction in the face of the Food Acquisition Program changes in this settlement, and, according to these changes, understand how they change (or not) the peasant own condition of the Barra PDS settlers, which is characterized, ultimately, by the understanding of the land as a space that generates life and dignifies the work of the settlers. In this regard, what we address in this work is one of the central elements for contemporary rural development: the agrarian question present in the dialogue between the settlements and the State.

Keywords: Agrarian Question; Public Policy; Food Acquisition Program; Peasant.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Notas sobre a trajetória recente da questão agrária e do desenvolvimento rural brasileiro.....	11
2.2 – O papel estratégico do PAA para a agricultura camponesa.....	20
3. Território rural brasileiro.....	23
3.1. A questão ambiental territorializado.....	28
3.2 O Assentamento Mário Lago.....	30
4. Condição Camponesa: entre a negação e a reafirmação.....	34
4.1 Camponeses em Ribeirão Preto: estratégias de produção e reprodução social dos assentados do PDS Mario Lago.....	39
Considerações finais	48
Referências	50

1 – INTRODUÇÃO

Nesta monografia serão apresentadas os resultados da pesquisa de iniciação científica cujo objetivo de trabalho uma análise do projeto “Nas franjas do progresso: efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo”¹, construído a partir de um esforço coletivo de investigação sobre as consequências socioambientais da atuação do setor sucroalcooleiro na região administração de Ribeirão Preto (SP) e na zona da mata alagoana. O projeto parte da hipótese de que uma série de mudanças recentes na dinâmica produtiva e na gestão pública do trabalho, da questão agrária e da questão ambiental, aponta para impactos significativos na reprodução do capital e do trabalho nos dois estados, ampliando a condição de vulnerabilidade dos assalariados rurais e camponeses.

Buscando compreender e investigar com maior acuidade as alterações na dinâmica do Estado em relação aos sujeitos sociais que vivem e trabalham no rural, analisaremos como as mudanças ocorridas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impactaram as estratégias de produção material e reprodução social camponesa, partindo do entendimento de uma categoria analítica e política que segue pulsando no país.

A partir do pressuposto da historiografia brasileira, encontram-se pautas que versam sobre o desenvolvimento econômico e que perpassa necessariamente o debate da questão agrária nacional, uma vez que a concentração da estrutura agrária no país acarreta implicações políticas e econômicas que afetam as políticas públicas, notadamente aquelas destinadas ao desenvolvimento rural (CARVALHO, 2015). Por isso, compreender as estruturas dessa temática e sua trajetória implica diretamente na resposta de uma das perguntas que estamos fazendo dentro da pesquisa: quais são as características do momento atual da questão agrária brasileira?

Durante os anos 1990 em diante o Brasil assiste a um conjunto de políticas públicas que, mesmo dentro de um contexto neoliberal, pautou a agricultura familiar e sua importância produtiva, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é fruto desse momento.

¹ Este projeto conta com o financiamento das Fundações de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e de Alagoas (FAPEAL).

A política pública escolhida para análise minuciosa desta pesquisa foi pensada institucionalmente para ser uma ação mediadora do Governo Federal, atuando diretamente na comercialização e incentivo da produção para a agricultura familiar, e alimentando consumidores em vulnerabilidade social através de ações sociais diretas.

Assim, materializa-se um conjunto de pautas prioritárias: o combate à fome, o desenvolvimento rural e a inclusão social. Para fins metodológicos, em nosso recorte, analisaremos com base no seu ano de maior atuação, em 2014, em que o PAA atingiu seu ápice em abrangência. Usaremos em comparação aos dados atuais que nosso campo nos fornecerá, para então abrangemos outra pergunta que alicerça nossa pesquisa: Qual a dimensão socioeconômica e produtiva do PAA para os assentados do PDS da Barra?

Para nosso terceiro eixo proposto, é o entendimento do campesinato em seu vínculo com a terra, como o trabalho realizado e incorporado em seu território garante a produção agrícola e promove, dialeticamente, sua própria força de trabalho. Assim, afirmamos o “campesinato brasileiro”, alicerçados em teóricos que trabalham sobre a temática em termos históricos e contemporâneos, em manifestações de resistência e em busca por reconhecimento que estão imbricadas, de maneira complexa, na luta pela terra protagonizada por sujeitos e organizações sociais no país. Reconhecer os embates teóricos sobre a existência ou não de um campesinato brasileiro à luz da realidade concreta é, portanto, fundamental para dar sentido e conteúdo político às estratégias – das mais simples às mais complexas – de produção rural e reprodução social camponesa.

Nossa hipótese central é de que mesmo nesse cenário marcado pelo aumento das dificuldades econômicas e sociais deste campesinato, em função do acúmulo de experiências desses sujeitos específicos, beneficiários de reforma agrária, eles se valem, em momentos de crises, de estratégias econômicas e sociais diversificadas, que os impelem a alterar suas formas de produção e comercialização para manter sua condição camponesa. Em outras palavras, sabendo das condições marginais que ocupariam no urbano, estes camponeses buscam, por meio de diversas articulações internas e externas ao assentamento, manter seu vínculo com a terra e com o trabalho no campo.

2 – Notas sobre a trajetória recente da questão agrária e do desenvolvimento rural brasileiro

Na trajetória brasileira, pautas que versam sobre o desenvolvimento econômico perpassam o debate da questão agrária nacional e os sujeitos sociais que atuam e residem no rural, uma vez que a concentração da estrutura agrária no país acarreta implicações políticas e econômicas que afetam as políticas públicas, notadamente aquelas destinadas ao desenvolvimento rural e dão forma e conteúdo ao que se convencionou chamar de questão agrária nacional. Entende-se por questão agrária, nesse estudo, o conjunto de problemas referentes à produção e reprodução social no campo no capitalismo, um sistema que historicamente atua de modo contraditório, gerando e aprofundando desigualdades na apropriação do excedente gerado pelo sistema (CARVALHO, 2015).

A penetração do capitalismo no campo é um fenômeno marcado pela conflitualidade e muitos foram os trabalhos que se debruçaram na compreensão do processo histórico agrário e o desenvolvimento capitalista (PRADO 2005, FURTADO 1992). Dito isso, à luz da bibliografia clássica sobre o tema, é importante realizar uma digressão a partir dos marcos mais recentes da questão agrária, notadamente, a partir da segunda metade do século XX.

Nos anos 1960 e 1970, as reivindicações para alterações na estrutura agrária brasileira foram duramente reprimidas. O modus operandi era baseado em intensas repressões aos direitos das organizações sociais, majoritariamente colocadas na ilegalidade (CARVALHO, 2015). Esse processo foi acompanhado pelo aumento da miséria no campo, o que gerou uma ampliação na resistência e fortalecimento das articulações de sujeitos e entidades plurais, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (FERNANDES, 1999).

Com o projeto de modernização da agricultura instalado na ditadura militar, inicia-se o movimento conhecido como penetração do capitalismo no campo (IANNI, 1981). Seu intuito era o aumento de produtividade, desconsiderando a complexidade da questão agrária. As mudanças eram na base técnica, de equipamentos e insumos tecnológicos (CARVALHO, 2015) e

com isso ocasionou um esvaziamento rural². O processo se acentua com adoção das práticas de produção da “Revolução Verde”. Para Carvalho (2015):

A Revolução Verde foi um processo de criação de novas sementes e a inovação de práticas agrícolas com o intuito de aumentar a produtividade de cereais básicos como trigo, arroz e milho. A modernização da base agrícola derivada desse conjunto de inovações, notadamente financiadas com capital norte americano, trouxe, para países pobres como o Brasil, alterações drásticas nas relações sociais de produção, tanto no campo quanto na cidade (CARVALHO, 2015, p. 93).

Com o avanço do processo de abertura política, a questão agrária brasileira ganhou maior envergadura, notadamente no processo de redemocratização. Segundo Carvalho (2011), isso se deveu às articulações de movimentos sociais rurais que, por suas ações e organizações, obrigaram o governo a voltar aos problemas fundiários do país. Assim, em meados de 1985, houve expressivo aumento nas mobilizações sociais, referente às variadas questões nacionais sufocadas nos anos anteriores, dentre elas cabe destaque a luta pela terra. Segundo Oliveira (2001), o aumento das mobilizações foi acompanhado pelo aumento da violência no campo durante os anos 1980. Todavia, a abertura política foi ambiente fértil para movimentos de massa em busca de uma sociedade democrática com possibilidades de construir as bases fundamentais para a inclusão.

Nesse período, durante o governo José Sarney, em 1985, ressurgiu a discussão sobre reforma agrária como política associada ao cumprimento da função social da propriedade rural. Essa discussão, que contou com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado em 1984, se materializou no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Cabe ressaltar, que no contexto das disputas na Assembleia Nacional Constituinte, aconteceu criação da União Democrática Ruralista (UDR), entidade criada por latifundiários contrários à reforma agrária e que possuíam capacidade de intervenção e pressão sobre setores específicos do Estado, dado seu poder econômico e extra econômico (CARVALHO, MOLINA, CUNHA, 2021).

O resultado desse enfrentamento de forças resultou num texto

² Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a título de exemplo, apenas no Sudeste perdeu-se cerca de 43% da população do campo, substituídos pelo uso intensivo de maquinários.

contraditório na Constituição Federal de 1988, onde se garante a inclusão da função social, garantindo assim dispositivos para a desapropriação por interesse social, mas a obstruiu pela dificuldade burocrática de provar que a propriedade era improdutiva efetivamente.

O PNRA contou com metas bastante ambiciosas, almejando assentar 1 milhão e 400 mil famílias durante todo mandato do governo Sarney, alicerçado no Estatuto da Terra. Concluiu com o assentamento de apenas cerca de 91.470 famílias, segundo os dados da Rede DATALUTA (2019), isto é, menos de 7% do total pretendido. Até o ano de 1990, os projetos de assentamentos rurais existentes perfazem um total levantado de 876 núcleos, sendo que destes, 515 foram realizados através do PNRA, 137 foram oriundos da colonização oficial e 224 foram realizados por políticas estaduais (BRASIL, MARA/INCRA, 1994). O entrave para consolidar a reforma agrária também se fez presente com programas de deslocamento econômicos como:

Instituiu-se, dentre outros planos: Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado (PONDERI) em uma tentativa de subordinar a reforma agrária à política agrícola, espaço controlado pelos grandes proprietários de terras; o Programa Interministerial de Fluxo Migratório com vistas a estabelecer um controle sobre os fluxos migratórios para o campo, a fim de desarticular os pontos de conflito no território nacional; o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que dissolveu os recursos da reforma agrária canalizando-os para grandes projetos de irrigação que, na prática, beneficia o grande capital (RAMOS FILHO, 2008, p. 204).

Apesar das expectativas advindas da intensa mobilização social para revitalização da sociedade civil, que mostrou sua forma significativa, ainda que insuficiente para mudança na estrutura, houve melhorias na condição rural com méritos para a organização da classe camponesa (DELGADO, 2001). Mesmo com grandes promessas para esta categoria social, o governo Sarney não realizou as demandas dos movimentos socio territoriais, apenas articulou a criação do PNRA para amenizar as pressões políticas e sociais, sem avançar no enfrentamento da desigualdade fundiária (SANTOS, 2021).

Com a consolidação da redemocratização, não havia mais possibilidades de maquiagem da realidade agrária nacional, tornando-se visíveis os novos personagens dos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária,

em especial o MST, fruto de uma articulação anterior que, em 1984, após o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná, decidiu pela criação de um do movimento camponês de se organizar em nível nacional e com três objetivos: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Segundo Martins (1994):

[...] a ascensão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra produziu uma notável inversão de prioridades na fala e na ação do que posso chamar de agentes de mediação das lutas dos trabalhadores rurais. [...] A figura social que então centralizou o discurso sobre a reforma agrária foi a figura do posseiro, uma figura predominantemente regional da Amazônia Legal. A inauguração da “Nova República” coincidiu com a substituição do posseiro pelo sem-terra, seja no discurso dos agentes políticos, seja nas reivindicações e na definição dos objetivos da luta pela reforma agrária; a luta pela permanência foi rapidamente terra suplantada pela luta por desapropriações e assentamentos dos trabalhadores sem-terra e, particularmente, pelo impacto das ocupações de terras. A figura do posseiro foi substituída por outra figura regional, o pequeno agricultor sem-terra da região sul [...]. Os acampamentos tiveram um impacto devastador sobre o sentido e a direção da luta pela terra no Brasil. Essas mudanças indicam as muitas dificuldades que os diferentes grupos de apoio aos trabalhadores rurais têm tido para lidar com a diversidade dos problemas criados pela questão agrária no Brasil e pela diversidade das categorias sociais nela envolvidas (MARTINS, 1994, p. 151).

É inegável o aumento do número de assentamentos rurais sob responsabilidade do governo federal. Mas, ainda assim, chegamos à última década do século XX sem avançar nas promessas do executivo federal de assentar as famílias. Os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) assentaram um total de 45.990 famílias até 1993, segundo a Rede DATALUTA (2019), evidenciando a discrepância entre o número efetivamente cumprido e o prometido no PNRA de 500 mil famílias.

Em termos gerais, para além do elevado estoque de famílias sem-terra, a elevada inflação e a crise do endividamento geraram uma situação complexa para o progresso material do país. No que se refere ao rural, a sombria perspectiva de desenvolvimento, desde o governo Collor as políticas agrárias foram fundamentadas na contínua modernização conservadora, com desmantelamento institucional a fim de enxugar o Estado, entregando o setor nos braços do complexo agroindustrial (DELGADO, 2012).

Na esteira Collor/Franco, no início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o primeiro mandato de 1995 a 1998 e o segundo mandato

de 1999 a 2003, incorpora-se às diretrizes econômicas do Consenso de Washington, aplicando-se no país as teses do neoliberalismo, ou seja, ampliando as oportunidades aos interesses ligados ao processo de mundialização do capital financeiro.

Ocorrendo o crescimento da dívida externa, são eliminadas as moderações às importações e abertura para capital estrangeiro, subordinando os setores produtivos, como é o caso da agricultura. Durante os governos dos anos 1990, a política econômica foi condicionada à lógica das grandes companhias transnacionais que dominam as cadeias globais do agronegócio. Foram abertas as portas da agropecuária nacional ao capital internacional, consolidando-se o processo de concentração, centralização e desnacionalização do capital. Nesse contexto, várias agroindústrias brasileiras foram desnacionalizadas, e em determinados ramos, como o de sementes, agrotóxicos e fertilizantes, algumas multinacionais (a exemplo da Cargill, a Bunge e da Monsanto) controlam a produção e o comércio agrícola mundial. A política agrícola voltou-se, prioritariamente, para a promoção das exportações, em detrimento de um apoio efetivo à agricultura familiar. (GOMES, 2012, p. 71).

No primeiro bloco do governo FHC (1995-1998), pauta-se a ênfase para a estabilidade econômica, sendo o Plano Real a materialização das preocupações políticas deste governo nos anos iniciais. No tocante às condições vigentes no campo, a conflitualidade não tardou em mostrar o seu rosto e contribuir para a desestabilização no regime. Desde o primeiro ano do governo, os movimentos sociais, camponeses e as entidades representantes avançam com ações de acampamentos e ocupações pelo país (OLIVEIRA, 2005). Em contrapartida, recebem em resposta um enfrentamento policial violento, representado pelos dois episódios sangrentos, os massacres de Corumbiara, em 9 de agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, conforme apresentado:

Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, a posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldaram. (OLIVEIRA, 2001, p. 198).

O Governo Federal sabendo dos riscos políticos desse episódio para a questão da terra, tanto pelas ocupações terem se tornado uma ação política ordinária, quanto a efervescência para a sociedade brasileira da atualidade da reforma agrária, desvelando-se as condições insustentáveis presentes nas tensões nas zonas rurais.

Em consequência a esta conjuntura, nasce o projeto de reformulação camponesa nomeado como “Novo Mundo Rural”, fundamentado nos estudos de Abramovay (1992) sobre o “Paradigma do Capitalismo Agrário”. Essa aproximação se dá no entendimento dos camponeses como distantes das modernizações tecnológicas, sendo necessário assim, estimular a integração dos assentados no mercado internacional. Isso seria possível via desconcentração da base produtiva, distribuição do ativo terra e modelando para a categoria de agricultores familiares³. Os sujeitos dos assentamentos de reforma agrária passaram a ser vistos como “empreendedores”, que deveriam ajustar seus negócios para a competitividade do mercado (COELHO, 2016).

Nessa esteira ideológica das políticas públicas formuladas no governo FHC, contamos também com o “Banco da Terra”, uma instrumentalização para o financiamento de terras para aqueles desprovidos de tal. Esse programa consiste na ampliação nacional da experiência “Programa Cédula da Terra” desenvolvida no Nordeste, ambos financiados pelo Banco Mundial com a finalidade da apropriação privada da terra. Em outras palavras, uma mobilização para ativar os mercados de terras propondo que os assentamentos fossem criados por meio de compra e venda das terras (COCA; FERNANDES, 2009).

O conjunto desses programas estabelecia a “Reforma Agrária de Mercado”, um período de discussão em âmbito institucional sem debate com a sociedade civil, as preocupações foram reduzidas ao econômico, sem comprometimento com a mudança estrutural e enfrentamento às grandes terras improdutivas. (OLIVEIRA, 2011). Sérgio Sauer (2003), aponta para as dificuldades sociais e econômicas do período resultantes do processo:

³ Para o autor, é necessário diferenciar camponês do agricultor familiar. O primeiro seria marcado por determinações que permitem uma "inserção parcial em mercados incompletos", enquanto a agricultura familiar teria maior capacidade de adaptação às mudanças econômicas e sociais

O modelo de mercado não pode ser classificado como um programa de reforma agrária, muito menos de uma ação estatal redistributiva. O princípio fundante é a compra e venda de terras entre agentes privados, com base na lógica de oferta e procura, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos socioprodutivos [...] O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa políticoideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas. (SAUER, 2010, p. 122).

Nesta mesma linha teórica de contribuições críticas importantes a esse modelo econômico, sobretudo pelo caráter ineficiente para resolução do problema agrário existente no governo FHC. Segundo Stédile e Fernandes (1999), a captação de recursos no mercado internacional, que ativa o mercado de compra de terras no Brasil e fundamenta a política de assentamentos rurais, favoreceu novamente os latifúndios no controle da política fundiária e descaracterizou a legitimidade da reforma agrária.

Em 2003, com a mudança na presidência para Luís Inácio Lula da Silva, os movimentos socioterritoriais ganharam esperança com a ascensão de um governo progressista, um presidente com origem na classe trabalhadora representava uma nova alternativa de reforma agrária para os movimentos socioterritoriais. Em seu primeiro mandato de 2003 a 2007 ocorreu o II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), primeiramente o governo contou com duas propostas: uma coordenada por Plínio de Arruda Sampaio tinha como meta assentar 1 milhão de famílias ao fim de 2007, considerando também as diversas formas de aquisição de terras; e a escolhida, que foi a criação encabeçada por Miguel Soldatelli Rossetto.

O II PNRA apresentava a meta de assentar 400 mil famílias, entre os anos 2003 a 2006, financiando a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizando as terras de 500 mil famílias. Totalizando 1 milhão e 30 mil famílias que conseguiram suas terras, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária. (FERNANDES, 2013, p.195). Os objetivos centrais eram: desconcentração da estrutura fundiária brasileira, garantindo a produção de alimentos básicos e a geração de ocupação e renda; combater a fome e a miséria da população; expandir os serviços públicos básicos; reduzir a migração campo/cidade; promover a cidadania e a justiça social; diversificar o comércio e os serviços no meio rural e; democratizar as estruturas de poder (BRASIL, 2016).

Fernandes (2013) destacou que a política adotada a partir do II PNRA não rompeu com as estruturas fundiárias e com a subalternidade dos camponeses frente ao sistema capitalista, visto que tinha como foco a regularização e compra de terras como forma de criação de assentamentos. Até o fim do segundo mandato do governo Lula, de 2007 a 2011, foram assentadas 422.203 famílias e criou 3590 assentamentos de acordo com o relatório DATALUTA (2019). A reforma agrária foi deixada em segundo plano nesse período, de acordo com Fernandes (2013) houve uma queda no número de assentamentos devido às políticas de redistribuição de renda e a redução do desemprego.

Apesar das mudanças estruturais necessárias para concretização da reforma agrária, o governo Lula criou programas essenciais para a melhoria de vida dos assentados, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). O primeiro serviu para complementar a renda das famílias e tem contribuído muito para sua sobrevivência, juntamente com Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são opções de comercialização dos alimentos. O PRONERA tem contribuído para a formação educacional dos assentados e o PRONATER, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tem contribuído para a educação informal quanto a gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços dos assentados.

Entre esses programas, um programa de destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos. Teve início no primeiro ano do governo Lula, em 2003, após a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no rol de iniciativas do Programa Fome Zero e vinculado também à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ele foi pensado institucionalmente para ser uma ação mediadora do Governo Federal, atuando diretamente na comercialização e incentivo da produção para a agricultura familiar, e alimentando consumidores em vulnerabilidade social através de ações sociais diretas. Materializou-se um conjunto de pautas prioritárias: o combate à fome, o desenvolvimento rural e a inclusão social (BRASIL, 2010).

Na gênese deste programa, observamos uma concepção de política pública que extrapola o modelo puramente produtivista. Em sua construção,

criou-se articulações jurídicas que centralizaram a presença do Estado fomentando os processos de comercialização da produção familiar, avanço importante se dá por formalizarem a dispensa de licitação para a aquisição dos produtos, demonstrando que a compra em si não estava no objetivo central. Estava no propósito primordial do PAA, a promoção do acesso aos alimentos saudáveis para a população em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, como explicitado no artigo 2º do Decreto nº 7.775 de 2012: “promover o acesso à alimentação, em quantidade e qualidade, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;”. Demonstrando assim, se tratar de uma política pública que contém a responsabilidade de garantir a alimentação dessa camada social por conta do Estado, não atendendo as expectativas neoliberais, mas sim, se enquadrando naquelas cujo cunho é novo-desenvolvimentista.

O chamado novo-desenvolvimentismo fundamentou a política econômica da primeira década do século XXI, período caracterizado principalmente por maior investimento público e coordenação do Estado no desenvolvimento econômico, com uma preocupação maior com o social, personificada no aumento das políticas de aumento de renda, variável nova que fomenta o aumento de políticas sociais voltadas aos mais vulneráveis (CEPÊDA, 2012.).

No entanto, apesar do crescimento econômico e melhora dos indicadores sociais, esse projeto não se mostrou autônomo suficiente para romper com a lógica do capital (BOITO, 2012; SINGER, 2012). Observando especificamente as políticas agrárias realizadas no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) sobretudo a política de reforma agrária, houve benefícios essenciais para as famílias assentadas, como a criação de alternativas para a comercialização dos alimentos, melhoria na educação, porém não alterou as estruturas que subalternizavam os camponeses.

2.1 – O papel estratégico do PAA para a agricultura camponesa

Entender a dinâmica do PAA é central para se entender os sobressaltos da reprodução social camponesa, notadamente porque refletir sobre a dimensão socioeconômica e produtiva desse programa para os assentados do estudo de caso, contribui para contextualizar as estratégias camponesas de produção agrícola e busca de renda. O PAA foi implementado em 2003. Sua finalidade é comprar alimentos da agricultura familiar e destiná-los às populações em situação de vulnerabilidade social. Seu desenho foi pensado para unir a garantia da segurança alimentar e nutricional com o apoio da agricultura familiar (SAMBUICHI et. al., 2014). É uma política que também integra em sua concepção a fomento de sistemas descentralizados, de base agroecológica de extração, produção, distribuição e processamento de alimentos (GRISA, 2012).

[...] observa-se que a construção do PAA resultou da confluência de ideias que transitaram entre grupos políticos diferentes nos três níveis de governo, de uma variedade de soluções parciais e dispersas ao longo do tempo e no território nacional, e de um conjunto de atores que desde as décadas de 1980/90 vinham debatendo e propondo ações nos temas da SAN e da agricultura familiar, os quais encontraram uma “janela de oportunidades” (KINGDON, 1984) com a eleição de Lula para institucionalizar suas ideias. Assim, o PAA é a institucionalização de um conjunto de ideias de que a compra pública direcionada é uma estratégia de multiplicação de renda e de geração de emprego (GRISA; CALDAS; AVILA, 2018, p. 67).

Ao longo de sua trajetória o PAA passa por mudanças endógenas e exógenas. Dentre as exógenas a extinção do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, criando o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Foi importante essa mudança, pois este passa a ser corresponsável pela execução do PAA, além da modificação da concepção do programa, priorizando ações de assistência alimentar e privilegiando os que recebem os alimentos. O outro Ministério responsável, Ministério do Desenvolvimento Agrário, volta às ações para a comercialização, inserção e preparação de agricultores para o mercado (GRISA, 2012).

Outra mudança, essa endógena, é criação de uma modalidade no funcionamento do programa, a Doação Simultânea, uma espécie de crédito para financiar a produção e para atender camponeses que não conseguiam acessar

o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁴. Essa modalidade foi a aglutinação da modalidade Compra Direta Local, refere-se na compra direta de agricultores individuais ou organizados em grupos, e da Compra Antecipada, trata-se da compra antes que ela seja feita por meio da Cédula do Produtor Rural. Também se cria a Compra Institucional, que permite a aquisição sem licitação de alimentos da agricultura familiar por parte de órgãos públicos de administração direta ou indireta (SAMBUICHI et al., 2014).

Em 2013, observa-se a ascensão do MDS como operador de convênios por termos de adesão – antes era por meio de convênios entre os entes federados e o Ministério – promovendo formas de participação individualizada de beneficiários fornecedores, ou seja, a operação passa a ser de responsabilidade do produtor beneficiário, que recebe seu benefício via cartão individual, ao entregar a produção no local combinado. Desse modo, considera-se que a dimensão social ficou em segundo plano, que é justamente a responsável por fortalecer as associações, fomentar a diversidade e garantir a segurança alimentar. Por outro lado, pensou-se em alcançar agricultores isolados em municípios pequenos ou distantes das grandes capitais (VALADARES; SOUZA, 2015).

Assim, o PAA é executado através de Termos de Adesão firmados com Estados e Municípios ou através de repasse de recursos para execução pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para ser fornecedor, o agricultor familiar deverá ser detentor de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e estar atento aos editais lançados por Estados e municípios e pela Conab. E para receber alimentos: as entidades participantes precisam pertencer à rede socioassistencial, pública ou privada, à rede pública ou filantrópica de ensino, à rede pública de saúde ou ser reconhecida como equipamento de alimentação e nutrição tais como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos.

Referente ao funcionamento da política: ocorre de forma periódica e os

⁴ Para mais informações desta seção ver <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>; <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-de-aquisicao-de-alimentos-2013-paa> e <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/comsean12202201.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

critérios de entrega de alimentos são definidos pelos órgãos executores; os agricultores familiares precisam emitir nota fiscal para receber o pagamento; às entidades que recebem os alimentos são selecionadas pelos órgãos executores locais; os agricultores familiares que sejam selecionados para participação em propostas de Termo de Adesão estaduais ou municipais recebem um cartão bancário sem custos através do qual possam receber pelos produtos entregues. Atualmente existem quatro tipos de serviços, a saber: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Leite; Aquisição de Sementes. Cada modalidade possui regras de participação próprias e limites financeiros de participação específicos, que variam de R\$ 6.500 por agricultor/ano até R\$ 20.000,00 por agricultor/ano.

Em termos nacionais explanados, cabe se referir à esfera estadual, com convênio do Ministério da Cidadania. As características principais são: possui a dupla atribuição de fomentar a agricultura familiar e garantir assistência alimentar às populações em situação de risco. Neste sentido, constitui-se um importante instrumento de estruturação produtiva dos empreendimentos familiares rurais e essencial meio de promoção da segurança alimentar e nutricional de famílias de baixa renda; CDRS e assistência social é que fazem a ponte entre agricultores e consumidores; recurso vem da federação, mas é gerido pelo estado; os recursos para o PAA são oriundos do Ministério da Cidadania na modalidade de doação simultânea.

Importante destacar que, apesar do programa, assim como toda política pública, apresentar pontos a serem melhorados e repensados, foi alcançado devido uma longa trajetória de lutas e resistências de movimentos sociais e sindicais ligados à população camponesa, ainda mais em se tratar de pautas referentes à garantia de preços mínimos, formas alternativas de comercialização de produção, compras públicas.

Essas mudanças institucionais, jurídico-legais, de concepções, funcionamento e propósitos do programa, influenciam direta e indiretamente nas relações dos assentados com suas terras, visto que a forma como a política é planejada, desenhada e executada pode facilitar ou dificultar a permanência no campo, as estratégias de produção e reprodução social também sofrem influências desses aspectos. Nosso estudo de caso trará mais luz a essas colocações.

3. Território rural brasileiro

Ao observarmos o espaço rural brasileiro, especificamente ao que abrange o estado de São Paulo, encontramos: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mário Lago, limítrofe à área urbana de Ribeirão Preto; o PDS Sepé Tiarajú, localizado entre as cidades de Serra Azul e Serrana a pouco mais de 10 quilômetros de cada uma; o PDS Santa Helena, que está a apenas 12 quilômetros da área urbana de São Carlos; o acampamento Campo e Cidade Paulo Botelho reside no município de Jardinópolis, desde o início de 2020, para se tornar um Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS) modalidade de assentamento ideal para entornos de centros urbanos, de caráter inclusivo, destinado à atividades econômicas ecologicamente sustentáveis, entre muitos outros exemplos possíveis.

Os assentamentos e acampamento listados se referem à materialização de importante experiências do MST, acima materializam importantes experiências do MST e se aproximam da concepção de Comuna da Terra, tendo por características a organização por meio da busca pela gestão coletiva dos territórios, uso da agroecologia, como mecanismo de diálogo e resistência entre os trabalhadores rurais e urbanos, e as ocupações de áreas próximas às cidades com o apoio de movimentos clássicos pelo direito à moradia, de modo típico urbanos, com uma proposta diferenciada de uso e ocupação produtiva e social do solo. Conforme essas características, numa comuna existe a possibilidade de articular trabalhadores advindos de áreas urbanas, podendo ser excluídos ou desempregados, com pouca ou nenhuma experiência com o trabalho rural, no entanto ao se inserirem nesse trabalho coletivo, tem contato a uma nova sociabilidade, tornando- os sujeitos não passivos no processo de recampesinização.

Essas ações concretas dos movimentos sociais tencionam o poder público ao associar a luta pela terra ao direito à moradia, à alimentação saudável, etc. com o direito à cidade. No entanto, se por um lado tencionam, por outro geram condições que favorecem uma maior efetividade das políticas públicas de enfrentamento às desigualdades, desde que seja claro que as relações entre o rural e o urbano são imbricações presentes no território.

Com isso, ao pensarmos num planejamento socioterritorial que seja integrado e capaz de fortalecer as relações sociais, no sentido de diminuir disparidades, incluir sujeitos de direitos à dinâmica econômica como também à dinâmica da cidadania, com acesso a mercados e serviços públicos e privados, há a necessidade de rompimentos com as “velhas” visões de planejamentos e planos, pois estas consideram o urbano e rural como categorias dicotômicas, e isso eles não são.

Todavia, muitas vezes, em especial ao longo do século XX, muitas interpretações apresentaram o rural e o urbano enquanto categorias antagônicas. A máxima era o urbano como espaço da modernidade, do edificado, já o rural como natureza pura ou mesmo lugar do atraso. E mesmo numa visão polarizada entre rural e urbano, existiria áreas limítrofes, ou espaços imbricados, que se expressam por uma sobreposição inseparável entre os dois pólos, denominam-se regiões periurbanas, como os condomínios residenciais rurais, entre outros.

Para Santos (2007), o urbano e rural são dotados de fluxos e fixos. Em relação aos fixos, podemos citar as casas, estradas, igrejas, lojas, etc. Isso porque nesses territórios se encontram certos fixos que assim os caracterizam, os prédios no urbano e as áreas agricultáveis no rural. Do ponto de vista analítico tradicional, esses territórios se comunicam por meio de fluxos, onde o rural fornece às urbanas mercadorias e busca outras mercadorias, aquelas não produzidas no rural. Os fixos e fluxos no e entre essas áreas contribuem por pressupor relações sociais insultadas territorialmente, numa perspectiva “departamentalizada”. Essa visão muito se sustenta programas, projetos, propostas que desconsideram a interdependência entre o rural e urbano.

Nas últimas décadas têm ampliado os debates a respeito da questão agrária em suas mais diversas dimensões, pensando a perspectiva territorial atrelada ao desenvolvimento nacional. Essa perspectiva se deve às articulações dos movimentos sociais, que em suas ações, pressionaram a academia e governo para voltarem seus olhares aos problemas fundiários e suas consequências sociais, culturais, ambientais e econômicas.

Relacionado a isso, para Saquet (2011) a abordagem territorial que envolve o campo, cidade, urbano e rural é fundamental, pois se tenta avançar na construção de uma perspectiva:

[...] histórico-crítica e relacional de relacional de denúncia, explicação, representação e transformação dos territórios a ponto de orientar e subsidiar a definição de planos e projetos de desenvolvimento centrados na democracia, na solidariedade, na cooperação, na preservação ambiental, na distribuição de riqueza e na justiça social (SAQUET, 2011, p. 10).

Daí se vale a importância de estudar direcionados para entender as relações sociais com objetivo principal de identificar as contradições e bloqueios não antes identificados pela visão determinista, que impera no planejamento e na gestão territorial assentada no neoliberalismo. Afinal para Santos (1994) o espaço é um conjunto contraditório formado pela dimensão territorial e pelas dimensões das relações de produção, relações sociais e por um sistema de objetos e ações. Essa perspectiva, diferente daquela neoliberal, trata-se da abordagem materialista e dialética do território considerando os territórios imbricados e, portanto, potencializam-se interpretações mais condizentes com a realidade brasileira e auxilia com a superação de políticas reducionistas.

Adotando perspectiva diferente da dual, no entanto ainda se adotando a existência de um rural ou urbano insulados em alguma medida, isso implica na redução das dicotomias, a existência de movimentos próprios internos aos territórios, visto que são resultados dos processos dialéticos que tornam mais complexas as inter relações das dinâmicas urbanas e rurais, resultando em dinâmicas imbricadas.

Nesse sentido, autores como Silva (1997, p. 43) se dedicaram a mostrar que existia um “novo rural” no Brasil e estava relacionado à “urbanização do campo”. Isso porque as atividades rurais cresciam em ramos não-agrícolas, por sua vez as atividades eminentemente agrícolas estavam perdendo espaço. Significa dizer que nosso rural havia ganhado elementos que eram exclusivos do urbano, como a indústria e prestação de serviços. Para esse autor, espacialmente, o rural só pode ser entendido como um continuum do urbano, pelo ponto de vista da organização da atividade econômica, não pode haver a identificação limitante na qual cidade se refere à atividade industrial e os campos à agricultura e à pecuária. Com isso, se as políticas públicas para o desenvolvimento rural permanecessem sob viés rural ou urbano, os problemas como emprego, combate à pobreza e geração de renda seriam tratados ainda a partir de uma visão agrícola determinista.

Uma informação interessante é que, em Campanhola e Silva, 2002, por volta de 1980, o emprego agrícola caía de forma sistemática, no entanto a população rural em si crescia. Isso quer dizer que houveram perdas nos postos de trabalhos, mas aumento de atividades não agrícolas no meio rural. Esses “novos” tipos de ocupações são hotéis- fazenda e pesque-pague; condomínio rurais destinados à classe média; atividades ligadas ao ecoturismo; dentro outras atividades consideradas tipicamente urbanas.

Já para Veiga (2002), o Brasil é menos urbano do que se imagina. Existe um decreto de 1938, o Decreto-Lei 311 que define o perímetro urbano, transformou qualquer sede municipal, ignorando as condições estruturais e funcionais, em cidades. Com essas regras, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, teríamos atingido quase 85% de urbanização. Ao partirmos desse princípio, nota-se o “forjar” para o Brasil parecer mais urbano do que efetivamente é, na realidade temos diversos municípios brasileiros que não apresentariam dinâmicas próprias, se configurando apenas como pequenas aglomerações inseridas em uma lógica eminentemente rural.

Caso adotássemos critérios internacionais, segundo este mesmo autor fazendo o exercício de considerar como rurais os municípios de pequeno porte com até 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por km², chega-se que 80% dos municípios brasileiros que abrigam aproximadamente 30% da população do país seriam essencialmente rurais. Ao afirmar isso, sugere a problematização das tendências da urbanização e suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento no país. Nessa mesma linha Wanderley (2002) pontua que nosso país rural seria um resíduo a ser rapidamente eliminado em nome do progresso.

Para tais problematizações e reflexões, Veiga (2002) buscou definir a delimitação entre campo e cidade, a ideia é de que a separação estrita entre eles está superada enquanto ideia substantiva para entender nosso mundo hoje. Essa direção analítica leva a afirmação de que o rural precisaria de uma estratégia de desenvolvimento separada, ou seja, estratégias de desenvolvimento para o urbano e outras para o rural, e esse autor propõe uma atualização na análise desses Brasis (CARLOS, 2003).

Em acordo com tais idéias, encontra-se a obra de Abramovay (2000), na qual o autor busca, a partir da problematização do conceito de ruralidade e de

experiências internacionais, demonstrar que: o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local; e, embora existam traços comuns da ruralidade, o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Evidencia a importância de se revelar dimensões inéditas da relação cidade-campo e, sobretudo, mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades. Assim, a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, portanto, não pode ser vista apenas por suas atividades setoriais e sim na sua relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas.

Dessa forma, essa pesquisa pontua que toda discussão a respeito da visão dicotômica e determinista sobre o território não se encontra esgotada ou superada, uma vez que as dificuldades da produção agrícola e reprodução social camponesa são inesgotáveis e agravadas por políticas, ou a falta delas, que pecam pelo insulamento da ação territorial, buscando legitimar essa estratégia a partir dos limites legais, em tese impostos, para cada escala de governo.

Ainda mais num país, cujo o rural é marcado por diversas contradições e especificidades, com a grande heterogeneidade estrutural da agricultura, é revelador de que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo. Por mais que tenhamos um dos mais modernos agronegócios do mundo, o modelo capitalista no campo não dizimou com a necessidade de uma reforma agrária mais ampla, mais distante da perspectiva economicista. Isso é notável ao observarmos a luta pela terra e a dinâmica dos assentamentos rurais em territórios hegemônicos pelo agronegócio, como na cidade de Ribeirão Preto, local de nosso estudo de caso. É na realidade concreta e cotidiana, caracterizada por seus conflitos e resistências que assistimos à construção efetiva de um habitat camponês.

3.1 – A questão ambiental territorializada

Por todo o estado de São Paulo a cultura da cana está disseminada, tendo maior concentração em três grandes regiões, na região Noroeste, 52%, Centro-Oeste, 20% e Nordeste, 16% (JULIO; PETTI; PEREIRA, 2006, p. 68). A mais tecnificada entre elas é a mesorregião de Ribeirão Preto, com elevado percentual de colheita mecanizada. O modelo de agroindústria centrada na monocultura acirra o conflito entre a proteção ao meio ambiente e os projetos econômicos privados.

Os efeitos da monocultura e da concentração da propriedade da terra mostram que o modelo de agricultura praticado no país é insustentável do ponto de vista social e ambiental (JULIO; PETTI; PEREIRA, 2006, p. 68), o que levou as Constituições Estadual e Federal a assumirem que é papel do Estado induzir uma mudança do padrão de produção agrícola.

O estado de São Paulo é o mais urbanizado e industrializado do país, sendo dele a maior renda per capita e concentração da maior parcela do PIB agropecuário e agroindustrial, além de contar com avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado interno e com avançada agricultura mercantil. Entretanto, a partir dos anos 1980 e 1990, o estado sofreu com os efeitos da crise da industrialização e o refluxo das grandes metrópoles para o campo, tendo como consequência o aumento do desemprego, precarização e a formação de contingentes que não conseguiram mais ser absorvidos no complexo urbano e industrial. Assim, as fileiras engrossam com a junção daqueles que foram retirados do campo, seja por desalojamento ou até mesmo a partir da ilusória expansão urbana e o resultante para a agricultura, trazendo para o estado diferentes pressões políticas. (CANO, 2007)

A região Nordeste do estado é uma das regiões com os maiores índices de produtividade agrícola do país, onde se concentra as atividades agrícolas de maior valor comercial do estado, em particular as atividades do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar. O modelo atual de crescimento das áreas de cana destrói a diversidade de culturas, expulsa produtores familiares, eleva o desemprego e a poluição ambiental. Vale destacar que os avanços tecnológicos e de regulamentação na cultura da cana, não foram suficientes para compensar o seu crescimento.

Em Ribeirão Preto, desde o final da década de 1980, diversos sujeitos políticos protagonizaram frentes de disputa ambiental, sendo a contra a queima da cana-de-açúcar a mais importante delas (ANDRADE JÚNIOR, 2013, p. 103), houve o fortalecimento dos sindicatos rurais, as lutas deixaram então de ser apenas pelas condições de trabalho e passaram também a ser pelos territórios. Lutava-se pela reforma agrária e pelo meio ambiente equilibrado na região.

Contribuindo com a discussão, Carvalho (2011), afirma que as lutas contra a queima da cana e por melhores condições de trabalho foram fundamentais para a compreensão que o fundamento dos problemas regionais estava no modelo de produção escolhido pelo empresariado canavieiro, e no projeto socioambiental que esse modelo concretizava.

A criação do MST foi evento fundamental na nova dinâmica do agrário brasileiro e também na luta pela Reforma Agrária, retomando o ressurgimento das ocupações de terras enquanto estratégia e instrumento de luta política. Este fato marcou então uma mudança nessa dinâmica a partir do questionamento do direito de propriedade burguês em que se sustenta a estrutura fundiária brasileira.

A nível nacional, o MST já havia iniciado uma discussão interna de avaliação das experiências de assentamentos da década de 1990, refletindo sobre a necessidade de incorporar fundamentos de proteção ambiental nas ações e nos trabalhos dos assentados (ANDRADE JÚNIOR, 2013, p. 106).

Na região, as primeiras ocupações de terra se estabeleceram em torno da antiga linha de trem da Ferrovia Paulista (FEPASA), em Hortos, destinadas à produção de eucaliptos e pinus destinados para mourões da ferrovia (AQUINO, 2022). Durante este período se estabeleceram o Assentamento Guarany, em Pradópolis, em 1992, e o Assentamento Mário Covas, em São Simão, ocupado em 1996. Em 1999, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chega em Ribeirão Preto.

Através do contato com os sujeitos políticos da região de Ribeirão Preto e visando o estabelecimento de relações de apoio à reforma agrária, o MST deparou-se com a demanda por incorporar, em sua luta, a temática ambiental, já que nesta região, onde o agronegócio está historicamente consolidado (CARVALHO, 2011), a superexploração econômica do território agrícola era evidente.

Com base na análise de Leite Lopes (2006) sobre o processo de ambientalização dos conflitos sociais, observamos que no início da década de 2000 a temática dos conflitos ambientais ganhou força no país, inspirada principalmente pela ecologia política. Todos os PDS foram criados nos governos PT, dois na região de Ribeirão Preto, sendo eles o Sepé Tiarajú e o PDS da Barra.

Cabe ressaltar aqui que mesmo os assentamentos que não são considerados PDS desenvolvem manejos sustentáveis e realizam uma produção agroecológica, o que de acordo com Aquino (2022) tem sido prioridade para o MST: a transição agroecológica e a produção de alimentos saudáveis.

Outro elemento a ser destacado é que nas últimas duas décadas muitos movimentos sociais incorporaram a questão ambiental à sua pauta de reivindicações (MARTINS; CUNHA, 2020). Como consequência do crescimento dos assentamentos, estes começaram a conquistar cada vez mais uma maior influência junto à sociedade pelas suas organizações, alcançando uma sistematicidade e um reconhecimento social. Tamanho é esse impacto que os assentamentos ganharam destaque nas disputas acadêmicas e políticas em torno dos debates socioambientais.

3.2 – O Assentamento Mário Lago

O assentamento Mário Lago foi criado no local da antiga Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto. Localizada próxima ao bairro Ribeirão Verde, a menos de 10 km do centro da cidade, entre a Rodovia Anhanguera e as margens do Rio Pardo, a antiga fazenda da Barra possuía 1540 hectares e pertenceu à Fundação Sinhá Junqueira, fundada no ano de 1950 por Theolina Junqueira (GONÇALVES, 2010).

Geograficamente, a área ocupada pelo assentamento está localizada sobre uma área de recarga do Sistema do Aquífero Guarani. Durante a construção do assentamento Mário Lago, o processo de desapropriação da Fazenda da Barra teve início em junho de 2000 por meio da iniciativa da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto.

O ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em parceria com os técnicos do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), realizaram

um relatório concluindo que a Fazenda da Barra era uma propriedade rural improdutiva. Segundo Aquino, a Fazenda da Barra era:

[...] um antigo latifúndio de 1.780 hectares, alvo de denúncias por crimes ambientais desde 1992 realizadas pelo Ministério Público, Polícia Federal e Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN). A Fazenda pertencia à Fundação Sinhá Junqueira e era arrendada pela Usina da Pedra para o cultivo de cana de açúcar, em 1984 ainda possuía 20% de sua área de reserva, como previsto em lei, um total de 300 ha. Cenário que começou a mudar. Com o intuito de expandir a área de cultivo houve um grande desmatamento nas áreas de proteção ambiental (reserva legal e área de preservação permanente) e drenagem das áreas de várzea do Rio Pardo. No ano de 1993 foi aberta uma ação civil pública onde constataram as irregularidades ambientais, este processo foi retomado em 2000, quando o Ministério Público realizou uma vistoria ambiental na Fazenda da Barra na qual são novamente apontados os crimes ambientais lá cometidos (AQUINO, 2022, p. 62).

Figura 1: Fazenda da Barra em 1984.



Mapa 1: Fazenda da Barra 1984, Fonte: Aguiar, 2011.

Realizar uma síntese sobre a história da Fazenda da Barra se faz necessário para compreensão de como se deu sua ocupação e o projeto de desenvolvimento econômico para o campo na região. Ainda de acordo com Aquino (2022), a história da Fazenda da Barra carrega consigo o conflito em torno da questão ambiental e agrária, o domínio da elite agrária, a espoliação sobre a natureza e o envolvimento de diversos atores do Estado e de movimentos sociais.

O cultivo da cana gerou impactos ambientais significativos nas áreas agricultáveis e de preservação ambiental da propriedade, sendo este um dos principais motivos que levou a Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto a requerer ao INCRA a abertura do processo de desapropriação.

O início do acampamento Mário Lago se deu em agosto de 2003, quando aproximadamente quatrocentas famílias organizadas pelo MST ocuparam o sítio Braghetto, uma área vizinha da Fazenda da Barra, tendo como objetivo pressionar o governo federal a realizar a desapropriação do imóvel. Em 2004 as famílias realizaram nova ocupação, já na própria Fazenda da Barra. Em dezembro daquele ano, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto destinando a área para fins de reforma agrária (AQUINO, 2022, p. 68).

A partir do analisado, em agosto de 2006, a Justiça Federal de Ribeirão Preto, autorizou o INCRA a construir o assentamento rural na antiga fazenda da Barra. Por fim, o PDS da Barra foi efetivado em 2007, quando o território passou a ser juridicamente reconhecido como área destinada para fins de reforma agrária. No mesmo ano, a Justiça então garantiu a emissão da posse às famílias.

O PDS da Barra comporta atualmente 4 assentamentos e possui 468 lotes: o Mário Lago, organizado por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 111 famílias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); o Índio Galdino, movimento autônomo, possui 40 famílias; e o Luiza Mahin com 53 famílias também de movimento autônomo (AQUINO, 2022, p. 68).

Figura 2: Fazenda da Barra em 2021.



Mapa 2: Fazenda da Barra 1984, Fonte: Aguiar, 2011.

Ao compararmos o mapa 1 com o mapa 2, são nítidas as mudanças das características espaciais ao longo das décadas, como as formas de ocupação do espaço, concentração desses edifícios, casas e a própria mudança de extensão da fazenda.

4 – Condição Camponesa entre a negação e a reafirmação

Antes de adentrarmos na condição camponesa propriamente dita, por abordarmos pensadores de vertentes marxistas, discorreremos a respeito da condição primeira da existência humana, que é a vida, resguardando sempre o desenvolvimento de meio para satisfazer as necessidades básicas. A respeito disso, Marx e Engels (2002) argumentam:

Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história [...] (é) que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer a história”. Mas, para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2002, p. 33).

Logo, para esses autores a produção destes meios afirma-se como condição fundamental de toda a história e é pelo seu trabalho que o ser humano interage com a natureza, retirando dela os meios para sua sobrevivência, e constrói-se como ser social estabelecendo relações sociais na esfera da produção e reprodução social.

Ainda para esses autores, o que nos diferencia dos demais animais são as formas de satisfazer nossas necessidades, nossa forma específica de trabalho humano desenvolvido ao longo da história. Afinal, os outros animais também produzem, mas somente aquilo que necessita de forma imediata, como força de uma necessidade física imediata, já o ser humano produz livre da necessidade física e produz realmente liberado dela. Enquanto os demais animais produzem somente para si, o ser-humano reproduz a natureza inteira, sabendo impor objeto à medida que lhe é inerente (MARX; ENGELS, 2002).

Essa forma de produção implica em se organizar socialmente, construindo relações sociais, por assim dizer. Isso também acarreta novas necessidades, que são produtos da existência social: “por conseguinte, a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva [material], mas também subjetiva [interior: modos e regras de comer]. Logo, a produção cria o consumidor” (MARX, 2002, p. 220).

Assim, a história social do homem constitui-se pelo processo de produção e reprodução da vida compreendido em torno da satisfação das necessidades por meio do trabalho para produção de objetos – e na sociedade em que vivemos, pela produção de mercadorias. Este processo ocorre de forma histórica como resultado das ações e experiências humanas atingidas nas gerações anteriores, acumuladas e transmitidas por meio da cultura.

Voltando aos olhares para o caso específico brasileiro, atentando às questões camponesas, nessa abordagem de produção e reprodução da vida em torno das necessidades, os privilégios concedidos aos grandes latifundiários, sempre bem representados no Estado, ratificaram o latifúndio monocultor de produtos exportáveis, esse fator comprometeu sistematicamente a produção e reprodução social camponesa no Brasil.

A partir das discussões, partimos da premissa que não existe um camponês universal, homogeneizado, mas sim formas das mais diversas de ser e viver a condição camponesa (SHANIN, 2005). O campesinato passa a ser entendido e constituído, como categoria analítica e histórica, por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo, como bem exemplifica WELCH et al. (2009):

[...] inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poli produtores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH et al., 2009, p. 11).

E como podemos compreender essa condição camponesa? Pesquisas, debates e discussões convencionaram tratá-la sob o nome de questão agrária, que seria o conjunto dos problemas relativos à produção e reprodução social no campo dentro do modelo capitalista. Visto que o capitalismo se fundamenta num modo de produção desigual e contraditório, assim se insere no desenvolvimento da agropecuária, por corolário nas relações sociais de produção que permeiam

o mundo rural (CARVALHO, 2015). Segundo Fernandes (2004):

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “commodities”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. (FERNANDES, 2004, p. 4)

Uma abordagem para compreender esse processo é dos economistas da escola fisiocrata. Para eles o excedente agrícola possibilita a condução das atividades estéreis de outros setores não agrícolas. Desse modo, só a agricultura gerava o chamado produto líquido, que seria o excedente em relação aos custos agrícolas, uma vez transferido aos proprietários fundiários na forma de renda da terra, implicaria no desenvolvimento (CORAZZA; MARTINELLI JÚNIOR, 2002).

Outra abordagem, foca na eficiência da agricultura e de como esta eficiência condicionava salários e insumos industriais, estabelecia a relação entre a queda da taxa de juros e a lei dos rendimentos decrescentes. O deslocamento da produção agrícola para terrenos de menor fertilidade e mais distantes dos centros de consumo implicaria num aumento da renda diferencial da terra e aumento do preço dos alimentos, por consequência provocaria aumento dos salários nominais, tendo como resultado último a compressão da taxa de lucros até um estado estacionário (RICARDO, 1996 apud CARVALHO, 2011).

Como crítica a essas duas abordagens supracitadas e a penetração do capitalismo no campo, com significativo aumento da produção, produtividade e drásticas alterações nas relações de trabalho tanto no urbano como no rural, Marx conclui que a agricultura passa a ter um papel subordinado à grande indústria. No que tange a renda da terra, não são as condições naturais que causam a geração da renda diferencial, mas sim a elevada produtividade do trabalho nestas condições naturais (CARVALHO, 2010; 2011).

Mesmo que Marx não discutiu como categoria analítica o que passou a ser chamada de paradigma da questão agrária, em meados do final do século XIX em diante, pensadores marxistas se debruçaram sobre o assunto, em

especial o tema da renda da terra, como uma associação ao processo de diferenciação e recriação do campesinato, considerando os conflitos e as consequências a esse campesinato recorrentes do desenvolvimento capitalista, como veremos com maior profundidade no próximo tópico. Adiantamos que ficou patente que o trabalho assalariado não se tornou majoritário no campo com o desenvolvimento do capitalismo, sendo a agricultura familiar extremamente relevante (GIRARDI, 2008).

Ao longo dessa pesquisa, mobilizamos autores que nos evidenciam como os estudos agrários estão envolvidos por questões de conflitualidade. Esse conceito inclusive é importante para entendermos os determinantes estruturais da questão agrária no sistema capitalista.

Se por um lado, em Marx temos que, no pleno desenvolvimento das forças capitalistas, a agricultura passaria de um estágio de autossuficiência para um estágio de completa subordinação em relação à indústria e a consequente transformação do camponês em proletariado. Com perspectiva semelhante, Lênin (1985) nos apresenta o processo de diferenciação do campesinato em patrão ou empregado. Já Kautsky (1986) argumenta que existirá um contínuo processo de recriação do pequeno estabelecimento agropecuário, cabendo ao Estado socialista o papel de caminhar para o grande, e mais eficiente, estabelecimento agropecuário. Desse modo, a figura e o modo de viver camponês desapareceriam.

De modo distinto, Chayanov (1981) propõe uma nova forma de ver a agricultura camponesa, nesse caso o camponês não desapareceria. O campesinato não é uma forma ocasional e transitória, trata-se de um sistema econômico, cuja existência é possível encontrar as leis de sua própria reprodução e desenvolvimento. Isso quer dizer que o camponês é flexível e pode se utilizar de trabalho acessório, se isso for necessário, como vender sua força de trabalho, nem por isso deixa de ser camponês. A lógica de reprodução em ser e viver o campesinato ainda reside.

Em que pese a multiplicidade de formas sociais que podem ser identificadas como camponesas é importante termos claro algum norte que nos ajude a qualificar o camponês e este sentido pode ser buscado na mão de obra familiar ou, nas palavras do professor Shanin, na economia familiar: “a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o

camponês é do que um modelo geral de campesinidade” (2008, p. 34).

Em outras palavras, o campesinato só pode ser definido em termos dinâmicos, ou seja, o camponês é aquele que faz e não aquele que tem ou que é. Como diria Teodor Shanin (2008): o camponês é, antes de tudo, um modo de vida. Segundo Chayanov (1974):

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão de obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família. (CHAYANOV, 1974, p. 101)

Diante da problemática exposta, cabe ressaltar que no Brasil há um histórico processo de apropriação privada do território. As formas de organização social que derivam desta apropriação são reflexos do não enfrentamento, em termos de políticas públicas, da elevada concentração fundiária brasileira e, também, da extrema desigualdade social e econômica que acompanha o país desde sua fundação.

Assim, a produção e a reprodução social camponesa são reais, objetivas e estão imbricadas, se cristalizando nas práticas cotidianas dos assentados da reforma agrária. Adiante, a partir do estudo de caso, mostraremos que não só não houve o desaparecimento do camponês, como suas formas de produção e reprodução sociais se alteram de acordo com as condições materiais, culturais, espaciais, temporais, de acordo com as condições humanas.

Nessa perspectiva de morte e ressurreição, refere-se a “morte” do camponês feudal e o surgimento do processo de desintegração e recriação do campesinato, ou devido sua subordinação ao capital, ou se transformando em outra categoria, pois se trata de fenômeno típico de nações de capitalismo avançado, como veremos em seguida.

De acordo com Kautsky (ano), o estabelecimento capitalista concentra as terras e para isso acaba por expropriar os camponeses, mas concomitantemente essas mesmas terras são vendidas ou arrendadas para outros. Se por um lado, consegue-se mais terras, por outro, expulsa a mão de obra trabalhadora no campo, isso acarreta a recriação do campesinato por parte do capital, expulsa

os camponeses e os ressuscita como rendeiros. E nisso, esse autor diferencia a produção capitalista da camponesa. O camponês cultiva a terra de forma familiar para sua própria sobrevivência e usada para trocas, não em forma de mercadorias, desfruta do consumo de sua produção coletivamente, a lógica é do valor desse mais-produto ser revertido para o trabalhador, que pode utilizar na forma de bem-estar da família, adquirir novos bens, etc. Assim, o camponês não é capitalista, visto que este explora a mão de obra e se apropria da mais-valia no processo de produção.

Para Lênin (1985) existem inclusive camponeses pobres, aquele obrigado a vender sua força de trabalho, pois não produzem o suficiente para atender às demandas das famílias e estabelecimentos, seriam o proletariado rural; os camponeses médios, com produção instável, vendem sua força de trabalho, mas também se integram aos agricultores capitalistas; e, os camponeses ricos, inseridos na lógica mercantil e se transformam em agricultores capitalistas.

Se para esses autores, o campesinato se insere na lógica capitalista em alguma medida, para Chayanov (2014), os sistemas de produção do campesinato seguem lógica diferente, a atividade econômica é direcionada para satisfação das necessidades de cada família, sendo a unidade de produção e de consumo:

Enquanto não é atingido o equilíbrio entre estes dois elementos assim calculados, isto é, enquanto a fadiga devida ao trabalho é subjetivamente considerada como menor do que a intensidade das necessidades para cuja satisfação se suporta o trabalho, a família que trabalha sem o concurso de assalariados tem toda a razão em prosseguir a sua atividade econômica. Assim que esse equilíbrio é atingido, porém, a continuação do trabalho deixa de ter sentido, visto que custa mais ao artesão ou ao camponês prosseguir com ele do que abandonar as vantagens econômicas decorrentes desse mesmo trabalho. (CHAYANOV, 2014, p. 107).

Abramovay (2007) faz outra abordagem. Para esse autor o desenvolvimento da agricultura familiar tem seu próprio dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica e formas sociais com poucas relações à sua origem, que seria a herança camponesa, pois essa agricultura é um fenômeno característico dos países capitalistas avançados, sendo o Estado central para sua formação.

Assim, o camponês se trata da partilha de laços comunitários e conjunto de regras coletivas, inseridos parcialmente em mercados incompletos, a família exerce determinações sobre o comportamento econômico. Já a agricultura familiar depende da capacidade em se adaptar e moldar seu comportamento em relação aos meios social e econômico (ABRAMOVAY, 2007).

Mesmo que partam de pressupostos distintos, esses autores ou desconsideram a questão da diferenciação do campesinato e sua capacidade de adaptação, transformação, ou o equívoco em considerar camponeses e agricultores familiares distintamente, pode-se dizer que deslegitima as formas que o campesinato desenvolve suas estratégias de interação com o capital, e recai na questão da homogeneização do campo, considerando um camponês conformado com as contradições do sistema capitalista. De forma pertinente, Girardi (2008) ressalta que:

(...) camponeses em espaços diferentes que lhes proporcionam diferentes situações no contexto da diferenciação do campesinato. Assim, podemos dizer que além da diferenciação social e econômica, deve ser levada em consideração a diferenciação espacial do campesinato, verificada nas diversas escalas. (GIRARDI, 2008. p. 103).

Diante do exposto, é preciso perceber que o campesinato se organiza politicamente, luta por condições de se produzir e reproduzir socialmente e nas mais diversas formas, por isso a necessidade de se romper com as análises que privilegiam os aspectos econômicos e direcionarmos o olhar para os aspectos relacionados à cultura (WELCH et al., 2009).

E ao partirmos desse olhar, o campesinato brasileiro se abre para diversos arranjos distintos de vivências. Como Chayanov (2014) ressalta, os camponeses possuem lógica própria para além da hegemonia do capital. Essa lógica é pautada na resistência e na luta— ser contra-hegemônico requer elaborar estratégias de produção e reprodução, de acordo com as necessidades e de acordo com os valores a serem defendidos, entre eles, evidentemente, a luta pela terra, a reforma agrária, a permanência e persistência do vínculo com a terra.

4.1 – Camponeses em Ribeirão Preto: estratégias de produção e reprodução social dos assentados do PDS Maria Lago

Sobre o estudo de caso mobilizado nessa pesquisa, o PDS Maria Lago, as famílias residentes nesse assentamento se comprometeram em termos jurídicos em desenvolver estratégias de produção por meio de práticas agrícolas sustentáveis, com isso assegura a defesa da terra e das águas. Foram realizados cursos de formação teórica e prática com intuito de aprimorar os trabalhos agrícolas e cumprir com esse compromisso, muitos camponeses fizeram diversos cursos de formação prática e teórica que contribuíram tanto para o aprimoramento dos trabalhos agrícolas e a reafirmação da identidade camponesa. Assim, as estratégias de produção deste assentamento se inserem na lógica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e, desde dezembro de 2010, existe o instrumento jurídico para a garantia de práticas agrícolas sustentáveis, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁵. Esses fatores são balizadores para as formas de estratégias de produção, renda e trabalho.

Como já mencionado, sua proximidade com o centro urbano de Ribeirão Preto, ao mesmo tempo em que complexifica o projeto proposto também o justifica enquanto um estudo de caso carregado de especificidades que, entendidas, lançam luz às manifestações mais recentes de recampesinização. Neste sentido, enquanto estratégia de reprodução social camponesa, os vínculos com a “cidade”, tendem a ter mais influências quanto mais integradas forem as áreas rurais e urbanas – como parece ser o caso em questão – desde que esteja garantida a permanência do vínculo primordial com a terra, preservando assim a identidade deste novo camponês (WANDERLEY, 2013). Ao abordarmos sobre períodos difíceis do ponto de vista econômico, os camponeses relatam recorrer às vendas diretas na cidade para garantir sua reprodução material.

⁵ O Ministério Público estabeleceu entre os assentados e o INCRA um conjunto de regras para o desenvolvimento efetivo de um PDS, materializado em um Termo de Ajustamento de Conduta que, dentre os compromissos assumidos pelos assentados, pode-se destacar a produção agroecológica, preferencialmente, por associações ou cooperativas e ampliação da área de reserva legal para 35% da área total. Caberia ao INCRA a eletrificação, edificação de moradias e galpões coletivos, fornecimento de água e coleta de esgoto e instalação de telefones públicos. Os assentados cumpriram os acordos do TAC, já o INCRA não.

Entrevistado: Desistir nós nunca pensou, mas teve um tempo que nós passou apertado demais.

Entrevistador: Quando foi?

Entrevistado: 2018... 2017... acho que foi antes. Entrevistador: Um pouquinho antes da pandemia?

Entrevistado: Bem antes, bem antes, acho que 2016/2017, tava quase ao ponto de passar fome, tava feio mesmo.

Entrevistador: Sem o PAA?

Entrevistado: É, é o que estou te falando, a salvação nossa foi nós vendendo na rua, aí nós saía, enchia a caminhonete e nós ia ali, tem um depósito em Ribeirão do André da Bituli. Ai eu já tinha conhecimento com ele, aí ele queria comprar minhas verduras, ele falava, vai lá no condomínio onde um moro lá e nós ia e vendia pra todo mundo lá.

Entrevistador: Nossa, em um condomínio?

Entrevistado: Sim, levava abacaxi, banana, alface... tudo um pouco. As vezes o pessoal até pedia por encomenda.

O que aqui convencionamos chamar de “novos” camponeses, no sentido das composições e estratégias desenvolvidas principalmente com o processo de redemocratização, das políticas federais formuladas nos últimos anos e sua trajetória histórico-cultural, ou seja, no papel que as políticas públicas (sociais) influenciaram e influenciam em sua produção e reprodução social – claro que não é o único fator, mas é um relevante.

Ao longo das inserções em campo, constatamos que os assentados são filhos do êxodo rural, passaram a infância na terra, construíram o vínculo afetivo, a identidade e a tradição. No entanto, por conta do esvaziamento do campo, muitos foram expulsos dessa terra, se viram fadados a transitarem para a “cidade”. E assim, quando aparece a oportunidade de voltar para o campo, assim o fazem, que foi a época dos acampamentos. A luta pela permanência continua e são emitidas as garantias pelo Estado de posse das terras.

Nas entrevistas, certos comentários se fizeram recorrentes, um deles foi relacionado à questão ambiental. Como o plantio de árvores, os pássaros que visitavam suas terras, como a forma de produzir sustentavam essas dinâmicas e vivências, ou seja, a percepção dos impactos ambientais referentes a suas ações. Remontam às memórias dos assentados, de algo que era percebido e comentado na infância e cresceram com esse comprometimento e valor, por isso aqui delimitamos como um marcador cultural do camponês, em meio a tantos outros.

Diante dos relatos, ficou evidente a relação entre os assentados e o Estado, por vezes o Estado cumpre com o papel que lhe foi imbuído, por vezes,

a população local precisa desenvolver formas endógenas de promoção do mínimo para qualidade de vida. De forma mais clara, num primeiro momento, foi feito os poços por órgãos estatais e contava com um poço para 37 famílias. No entanto, viram-se na necessidade de construir mais e aconteceu o movimento deles se juntarem em grupos e fazerem seus próprios poços. Acesso à água é imprescindível para sobrevivência e, também para a produção. Em uma das entrevistadas, uma senhora que trabalha para cooperativa COMATER, quando questionada se consegue viver da produção do seu lote, obtivemos a resposta “quando chove, sim.”. Acesso à água é imprescindível para sobrevivência e, também para a produção.

Quando perguntados sobre quais períodos enfrentaram maiores dificuldades, muitos relatos se referiram aos anos de 2016 a 2018. Do ponto de vista político, esse período remete ao momento de bastante instabilidade, tendo como estopim o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o que levou a inseguranças sobre os encaminhamentos das próprias políticas e das políticas públicas no governo que assumia, e de fato o que se observou foi mais desmonte e ascensão da lógica neoliberal, com efeito especial nas políticas sociais.

Entrevistado: Tinha muita diversidade de produção, muita diversidade. Na época do PAA, você podia sonhar em produzir uma diversidade, podia colocar o que quisesse no seu consorcio que você por saber que teria mercado para escoar, porque ia escoar. Hoje já não consegue mais, você não tem mais. Eu por exemplo, quando foi acabando o PAA, comecei a vender na rua, vendi muito minha produção na rua. Bastante interessante, mas aí você acaba não tendo tanto tempo de produzir, porque você tem que ir pessoalmente comercializar.

Do ponto de vista da própria política do PAA, em 2016 no município de Ribeirão Preto, como já supracitado, havia passado por reformulação e teve redução drástica dos recursos investidos. Referente aos recursos, um dos entrevistados comentam que na época que o PAA deles estavam em 8mil, ouvia-se barulho de trator roçando, gente fazendo festa, mas hoje o que se ouve é o silêncio, a relação com o consumo mudou, no sentido de que não se consegue mais consumir como em anos anteriores. Essa colocação põe em perspectiva o fato da diferença que faz os assentados terem renda fixa e como isso contribui para consumir na cidade, a noção dos fluxos imbricados se manifesta.

Entrevistado: Agora você imagina aqui, 8mil reais, oito vezes cem dá oitocentos mil, agora você imagina 800mil reais ou com essa multidão de gente que tem aqui dá 1milhão de reais circulando... Você vê que começa a ver um caminhão de areia circulando, vem outra coisa, pessoal sai daqui para ir ali na comunidade do Ribeirão Verde comprar alguma coisa, comprava e gastava. Era pouquinho, mas várias pessoas têm, aí você vê o movimento.

Entrevistador: Ah então vocês alimentavam a cidade com as verduras e também gastavam lá?

Entrevistado: Levava para lá de graça, mas também esse dinheirinho sobrava, por exemplo, eu tenho a CONAB, ela é tipo uma poupança, por que eu recebia 2mil reais e ia comprar um sombreie para ajudar na estrutura, para eu poder vender mais.

Outro aspecto que chama a atenção são os comentários sobre o período pandêmico, que encontraram dificuldades, porém não as relataram da mesma forma. Podemos pensar que nessa época eles conseguem se estabelecer como cooperativas e vendem cestas agroecológicas, isso se tornou uma estratégia que os auxiliaram em certa medida a superar as dificuldades. O que encontramos de estratégia à trabalho e renda, utilizando-se da modalidade de Venda Direta num primeiro momento, ao colocar a verdura no carro e ir para a cidade; num segundo momento, passaram para cooperativa com as cestas agroecológicas; e mais recentemente estão conseguindo o PNAE pela cooperativa. Só nesse trecho já se percebe a influência da política pública no ser e viver camponês nesse caso específico, pois norteia grande parte de como é realizado o trabalho, a produção e o sustento dessas famílias.

Apesar dos embates ao longo da trajetória no assentamento, foi unânime, quando questionados se sairiam da terra, que não pensam nisso. Os fatores apontados para não realizarem tal deslocamento incluem: produzirem a própria comida, o aluguel na cidade ser caro, de se considerarem “ricos” pelas vivências que ali existem, se estivessem na cidade, as condições seriam diferentes. A cidade é vista, mas não somente, como fonte econômica, complementação de renda. Portanto, apesar de algumas dificuldades se apresentarem não ultrapassam o apego que eles têm à questão de cuidar e revitalizar a terra. A integração urbano/rural permanece nesses deslocamentos, mas o propósito é manter a própria dignidade e no assentamento conseguem isso.

Referem-se também à percepção do tempo do campo e da cidade como distintos. Interessante essa questão, propondo uma reflexão, coloca-se aqui a possibilidade de dinâmicas próprias do assentamento e da cidade, ou do rural e

do urbano. No entanto, eles são espaços e fluxos imbricados, que se confluem, ao passo que o trabalhador do assentamento, pelas condições atuais, também trabalha nas cidades com a venda de seus produtos, consomem produtos que não se encontram no assentamento, ou seja, experienciam as dinâmicas urbanas e rurais ao mesmo tempo, permitindo-lhes essa visão privilegiada das relações complexas provocadas justamente pelo processo de recampesinização.

A partir das inserções em campo, do diário de campo e das entrevistas, sistematizamos quatro categorias analíticas que configuram e influenciam as estratégias de produção e reprodução social dos assentados no PDS Maria Lago.

Denominamos a primeira categoria de condições favorecedoras de permanência no assentamento que envolvem as questões de segurança alimentar, acesso à moradia, maior qualidade de vida, no sentido dos aspectos ambientais. A segunda categoria foi cunhada como condições favorecedoras para não migrar para cidade que corresponde a aspectos econômicos desfavoráveis, condições de emprego, poluição, viveriam em condições marginais.

Terceira categoria é a insegurança política na qual se inserem as diversas mudanças ocasionadas nas políticas públicas, em especial as sociais, para o estudo de caso da PAA, devido às mudanças no aspecto ideológico do legislativo e executivo federal, ao reduzir os recursos e alterar as formas de acesso à esta política. Tais aspectos ainda atrelados à forma a política nacional foi conduzida no período pandêmico, ocasionando aumento do custo de vida e mais carência de políticas públicas para os setores de maiores vulnerabilidades.

E, a quarta categoria insegurança jurídica, intimamente ligada com a terceira categoria, refere-se às incertezas quanto às intervenções do poder judiciário, como possibilidade de processo de titulação em determinado momento, e a falta da exigência do cumprimento das garantias e direitos fundamentais pelo Estado, o famoso artigo 5º da Constituição Federal de 1988, algo por sinal que não ocorre somente em assentamentos. Inclusive aqui se observa uma lógica curiosa sobre a atuação do Estado, ele não cumpre com a Constituição, e quando os atores se organizam para usufruírem de seus direitos, há ameaças enfraquecendo substancialmente essas garantias.

Um adendo, além das questões apontadas na categoria de insegurança política e jurídica, ocorreu o avanço no processo de titulação, isso implica em interromper o projeto de reforma agrária, gerando também insegurança econômica, dados os riscos de concentração fundiária nas áreas. Porém em relação ao estudo de caso, ainda não podem ser titulados por serem PDS, no entanto isso não nos inviabiliza de levantar essa problematização.

De acordo com as falas dos entrevistados, observamos que o acesso às políticas públicas destinadas à agricultura familiar e a constituição de cooperativas agrícolas se constituíram também como elementos favorecedores no processo de recampesinização desses assentados. E isso, por seu turno, está interligado com o fato de uma parte da renda familiar vir de atividades não-agrícolas. Esse processo caminha em concordância com Chayanov (1974), quando observou que, na busca por um equilíbrio para satisfazer as necessidades da família, especialmente se a terra é pequena e não comporta o trabalho de todos os membros dessa família, é normal supor e aceitar que algumas pessoas busquem renda em atividades fora de seus lotes. Esse é o caso do PDS Mário Lago.

De alguns anos até atualmente, foram observadas mudanças nas políticas públicas, que tinham como público-alvo os assentados, por esse fator, além de outros, a renda agrícola diminuiu e a curta distância da área urbana, a renda oriunda de atividades urbanas é fundamental para as famílias que, nem por isso, deixam de ser camponesas que constroem cotidiana e coletivamente seu habitat.

O estudo de caso foi ao encontro da perspectiva de que enquanto lócus de reprodução social, o lote familiar individual e os assentamentos em geral não podem ser vistos como unidades de produção capitalistas que visam apenas maximização dos lucros, mas como o lócus de identidade individual e coletiva, no qual o assentado produz, consome, vende, vive, se relaciona, festeja etc. Entendido dessa forma, o assentamento não abriga apenas um produtor agrícola e sim um camponês inserido em um complexo sistema de relações socioterritoriais que supera a relação campo-cidade (FERNANDES, 2011). Isto é um ponto central a ser levado em consideração, pois contribui para se reafirmar que a condição camponesa de um assentado – e a própria reforma agrária – não perde seu sentido se parte dos membros das famílias assentadas buscarem

renda fora do lote, inclusive em atividades tipicamente urbanas.

Assim, os trabalhos externos aos assentamentos não devem ser considerados acriticamente como fracasso das políticas de assentamentos rurais, mas como ações necessárias, muitas vezes impostas pela ausência de planejamento e políticas públicas, especialmente no que tange à reforma agrária.

Existe a situação de que com o avanço do capitalismo, o campo vai deixando de ser, paulatinamente, local de moradia, pertencimento e signo de identidade social para se converter exclusivamente em fator de produção. E para tanto, um processo de recampesinização não pode prescindir de espaços individuais e coletivos para o trabalho, a moradia, a sociabilidade, entre outros, assim não se pode privar ou dificultar o acesso desses novos camponeses às políticas públicas e sociais.

Assim, essa pesquisa demonstrou justamente esse processo de recampesinização, no sentido de que à resistência para permanência na terra, com a elaboração de estratégias de produção e reprodução social, por vezes com a possibilidade de acesso às políticas públicas, que favorecem, dentro do sistema em que vivemos, ser e viver no campo, ou seja, por meios institucionais, mas sempre com as estratégias formuladas de maneira “própria” para resistir, lutar e transmitir o campesinato, seu vínculo com a terra e o trabalho no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode parecer reducionista apenas de um assentamento rural, mas no caso do PDS Mário Lago, ele é um assentamento muito representativo para a problemática territorial e para se pensar a recampesinização brasileira. Isso, entre outros motivos, se dá pelo fato de que ele está muito próximo ao perímetro urbano de uma das maiores cidades do interior de São Paulo e que teve sua desapropriação realizada pela utilização não adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. Dito isso, fica evidente que o estudo em questão transcende o caráter casuístico que o tratamento do tema poderia sugerir.

Considerados os impactos negativos do latifúndio monocultor, é inegável o potencial dos assentamentos na produção agroecológica, na recuperação de áreas degradadas, nascentes, áreas de preservação permanente, na recomposição da diversidade da fauna e da flora e, neste sentido, acreditamos que a caracterização do PDS Mário Lago, contribuiu como ilustração. Todavia, os entraves à reforma agrária e as dificuldades históricas as quais a produção camponesa está submetida, indicam que a luta mais imediata pela sobrevivência no campo deve caminhar associada não apenas à luta pelo reconhecimento e defesa da identidade camponesa e seu modo social de produção, mas também por políticas públicas que deem sustentação a esse tipo de produção.

No contexto atual, há inegáveis dificuldades para o acesso a novos créditos, em especial aos tradicionais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso não é recente e, em função disso, potencializou outros programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, pensado como uma estratégia para superar os obstáculos na comercialização da produção dos agricultores familiares. O PAA procurava incentivar a agricultura familiar e camponesa e viabilizar a utilização da produção de assentados em escolas, creches, hospitais e outras instituições e projetos.

Todavia, também houve um recuo do PAA a partir de 2015. Com isso, pelos relatos de campo, as estratégias de produção se voltaram à lógica da comercialização estabelecida pelas cooperativas, com menor variedade e maior quantidade de determinados tipos de produtos agrícolas. Isso por seu turno impactou na produção familiar. Mesmo garantindo renda por meio da venda

realizada pelas cooperativas, a produção para o autoconsumo diminuiu em variedades, implicando maior dispêndio de renda para compras no mercado local.

O baixo grau de qualificação formal dos titulares dos lotes do PDS Mário Lago revela a dificuldade destes camponeses em conseguir empregos formais com boa remuneração. A informalidade na busca de renda não agrícola é constante, mas não garante o suficiente para a reprodução da família sem o trabalho e produção no campo. Isso, por seu turno, indica que a renda agrícola, mesmo diante das dificuldades, é central na manutenção dessas famílias e deve ser considerada para que não se caia na conclusão de que a reforma agrária é uma política que não deu certo no país.

Neste sentido, é imperioso que as políticas públicas destinadas a projetos de assentamentos rurais devam caminhar para a recomposição dos meios de produção de base rural. Fomentar o trabalho familiar e comunitário é fundamental para uma inclusão socioproductiva de base territorial. Sobre isso é fundamental que mais pesquisas avancem sobre quais dimensões devem ser priorizadas para se conseguir garantir uma inclusão produtiva plena que leve em consideração relações econômicas solidárias, a partir da autogestão, trabalho associado e cooperativismo, a organização coletiva de sujeitos sociais como instrumento emancipador e gerador de autonomias, o fortalecimento das identidades coletivas dos sujeitos do campo como condição sine qua non para o pleno conhecimento e enfrentamento dos constrangimentos que recaem sobre agrupamentos específicos como o campesinato e, por fim, uma dimensão agroambiental que tenha como eixo estruturante a agroecologia, entendida enquanto campo do saber, prática e movimento social e que, por meio dela, camponeses possam avançar em estratégias simples de produção agropecuária e reprodução social que apresentem elevado grau de convivência sistêmica e preservação dos recursos naturais, com reconhecidas capacidades regenerativas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão** nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, R. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp. 2ª edição, 2007.

ABRAMOVAY, R; CARVALHO FILHO, J. J. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA. Campinas, v. 24, n. 3, p.36-53, 1994.

AGUIAR, V. J. **Proposta da Comuna da Terra no Assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto** – SP. Trabalho de monografia apresentado ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3fpO5YB>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ALENTEJANO, P. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 16, n. 29, p. 353-392, dez. 2020. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. F (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

CANO, W. (2007). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp. (30 anos de Economia – Unicamp.

CARLOS, A. F. A. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 7, n. 1, p. 179-187, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123804. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123804>. Acesso em: 21 jun. 2022.

CARVALHO FILHO, J. J. **A questão agrária atual**. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2008

CARVALHO, J. G. Agricultura e questão agrária no Brasil – Condicionantes estruturais da concentração fundiária. In: VI Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, 2010, Montevideo. **Anais do VI Coloquio Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico**. Montevideo: SEPLA, 2010.

- CARVALHO, J. G. **Integração e Dinâmica Regional**: o desenvolvimento recente da região administrativa de São José do Rio Preto (1980-2000). Dissertação de mestrado: Campinas, 2004.
- CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo**: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. 2011. 209 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286050>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. Fundação Cecierj Rio de Janeiro, 2015.
- CEPÊDA, V. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo: um balanço histórico. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.26. n.75, 2012.
- CEPÊDA, V. A. **Entre a economia e a política** – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado. Rio de Janeiro: SEESC, 2006.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHAYANOV, A. V.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, V. (orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CONAB. **Transparência Pública do PAA**. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- CORAZZA, G. e MARTINELLI JÚNIOR, O. (2002). Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. In: **Revista Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo.
- FERNANDES, B. M. **Prefácio**. In: BARTRA VERGÉS, A. Os novos camponeses. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- FERNANDES, M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Biblioteca Digital do Desenvolvimento, 2004. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf. Acessado em: 24 jul. 2022.
- FERRANTE, V. B e BORELLI FILHO, D. (2010). O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: Uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, julho.

FIORI, J. L. (2003) **O voo da coruja** – para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Record.

FIORI, J.L. (1994). O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos Estudos/CEBRAP** N.º 40, novembro 1994. pp. 125-144.

FURTADO, C. (1958) **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

FURTADO, C. (1992). O subdesenvolvimento revisitado. In: **Economia e Sociedade**. Campinas, v.1, n.1, p.5-20.

GIRARDI, E. P. (2008). **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

GOMES DA SILVA, J. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas – SP. Editado pela ABRA, 1996

GONÇALVES, J. C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável?: A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP**. Dissertação de Mestrado, UFSCar, São Carlos, 2010.

GRAZIANO, F. **O Carma da terra no Brasil**. Editora Girafa. São Paulo, SP, 2004.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C. CALDAS, E. L. AVILA, M. L. As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: de onde veio essa ideia? In: SABOURIN, E. GRISA, C. (Orgs.) **A difusão de políticas brasileiras para agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. ENGELS, F.(2002) **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes.

MATTEI, L. A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer. Revista **OKARA**: Geografia em debate, v.12 n, 2, p. 293-307, 2018.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA **Agricultura Familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural.**, 1997.

MST. **Processo de construção do projeto de assentamento “Mário Lago”**. Regional de Ribeirão Preto, 2011.

PERPETUA, G.; HECK, F.; THOMAZ JUNIOR, A. A questão agrária e o trabalho rural nos governos Temer e Bolsonaro: ascensão da extrema-direita e retrocessos sociais no Brasil do Pós-Golpe. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 16, n. 29, p. 219-248, dez. 2020. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12543>>. Acesso em: 24/02/2021.

PRADO JUNIOR, C. (2005). As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960). In: STÉDILE, J.P. (Org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 – 1. ed.** Expressão Popular. São Paulo.

RAMOS, P. (2014) Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo In :**O mundo rural no Brasil do século XXI – a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Nova cultura: São Paulo, 1996.

SAMBUICHI, R. H. R. GALINDO, E. P. OLIVEIRA, M. A. C. MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e a agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. SILVA, A. P. M. OLIVEIRA, M. A. C. SAVIAN, M. (Orgs.) **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, Caroline Cristina Ferreira dos. **Caminhos e descaminhos da reforma agrária no Triângulo Mineiro: a busca pela autonomia e soberania alimentar no projeto de assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa**. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.8011>.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Capturando a Terra: Banco Mundial, Políticas Fundiárias Neoliberais e Reforma Agrária de Mercado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SANTARELLI, M; BURITY, V. **A democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil**. Brasília: FIAN Brasil, 2017.

SCHIRMANN, G. S. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. In: **Rev. Bras. de Agroecologia**, Vol.2, 2007.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 3 (119), pp 511 - 531, julho-setembro/2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

SHANIN, T. Lições camponesas. IN: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas**, SP, v. 19, n. 1, p. 5–15, 2012.

SOUZA, J. R. M. a Política de Aquisição de Alimentos na mira do golpe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12 n, 2, p. 664-677, 2018.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil: do**

escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria. São Paulo: Contexto, 1990.

VALADARES, A. A. SOUZA, M. G. P. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. Brasília: IPEA, Nota Técnica Nº 21, dezembro de 2015.

VAN DER PLOEG, J. D. **The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization.** Earthscan Publications Ltd, 2008.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano que se calcula. 2ª ed. São Paulo: Autores associados, 2002.

WANDERLEY, M. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TADESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WELCH, C. A. et al. **Camponeses brasileiros:** Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.